

Índios, preservação e preconceito

CARLA ANTUNHA BARBOSA

O ARTIGO de Ricardo Arnt publicado neste espaço em 18/5 ("São os índios ecologistas?") presta desserviço ao entendimento da questão ambiental e indígena brasileira e discursa na contramão do que vêm trilhando ambientalistas e indigenistas. Manipula o assunto, é preconceituoso e contém contradições. Na verdade o debate é mundial e tem lugar, principalmente, nos países onde se pretende agir com responsabilidade no que se refere ao meio ambiente e onde se respeitam a diversidade cultural e o direito dos povos.

Um dos problemas que adiciona preocupação à questão é que as instituições conservacionistas e alguns ambientalistas procuram de uma maneira geral ignorar as relações humanas com a natureza e o fato de que elas variam no tempo e no espaço. O grande problema é que se impõe às populações locais e aos indígenas uma concepção de proteção ao meio ambiente baseada nas predações provocadas pela industrialização e extraídas de uma cosmologia europeia e anglo-saxã.

Isso resulta em grandes injustiças, pois facilita que se expropriem aos povos autóctones os seus territórios ancestrais para a criação de reservas e parques naturais, que seriam viáveis em discursos como o de Ricardo Arnt.

Em muitos casos, os territórios para preservação foram e são escolhidos pelos ambientalistas precisamente porque seus habitantes tradicionais os conservaram bem. Numerosos e importantes

fracassos têm sido registrados pela exclusão dos autóctones do processo de preservação ambiental, de modo que se tem reconhecido que a preservação da natureza é impossível sem a ativa participação das populações locais, sobretudo as autóctones, como exige a Convenção da Biodiversidade.

A sacralidade consagrada pelos indígenas às suas áreas é a tranquilidade dos ambientalistas bem-intencionados

O que se espera é a instauração de diálogos interculturais baseados no respeito e na igualdade das partes, entre governos, ambientalistas e comunidades e/ou organizações autóctones, e não discursos preconceituosos, que não admitem o outro e suas qualidades, sem seriedade, que só levam ao desentendimento. A sacralidade consagrada pelos indígenas às suas áreas já é por si só a tranquilidade dos ambientalistas bem-intencionados.

Todo grupo indígena mantém uma relação especial e diferenciada com suas terras, territórios e recursos, que deve ser reconhecida. É um fato, não é uma opinião, pois consta de todos os documentos internacionais sobre o tema, ha-

vendo uma evolução nas relações dos órgãos de conservação na convivência com as populações locais, dando a elas papel crescente dentro das áreas protegidas e também nas áreas circundantes.

Com a Rio-92, desenvolvimento sustentado tornou-se conceito-chave, e isso é positivo, pois foram abandonadas suposições do tipo "homem contra natureza", excluindo a priori qualquer compatibilidade entre conservação do meio ambiente e não importa qual atividade humana. Diversos fatores são responsáveis pela revisão desse conceito, incluindo múltiplas posições e pressões externadas por numerosas organizações indígenas, na perspectiva de verem reconhecidos seus conhecimentos sobre e a diversidade biológica do planeta.

Esses conhecimentos que não são mais negados tornam-se agora importantes para as demais culturas e sociedades, e o diálogo entre as diferentes culturas deve passar por aí.

O artigo de Arnt é preconceituoso, ataca os índios como predadores e considera que os ambientalistas, por pertencerem à nossa sociedade, seriam os que têm conhecimento e vontade para a preservação. Isso não é verdade. Os índios agiram e continuam agindo em relação às suas terras, territórios e recursos com respeito, fazendo com que sejam preservados como sinal de responsabilidade com as futuras gerações.

Carla G. Antunha Barbosa, 47, é advogada e membro do Programa de Trabalho Indigenista da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.